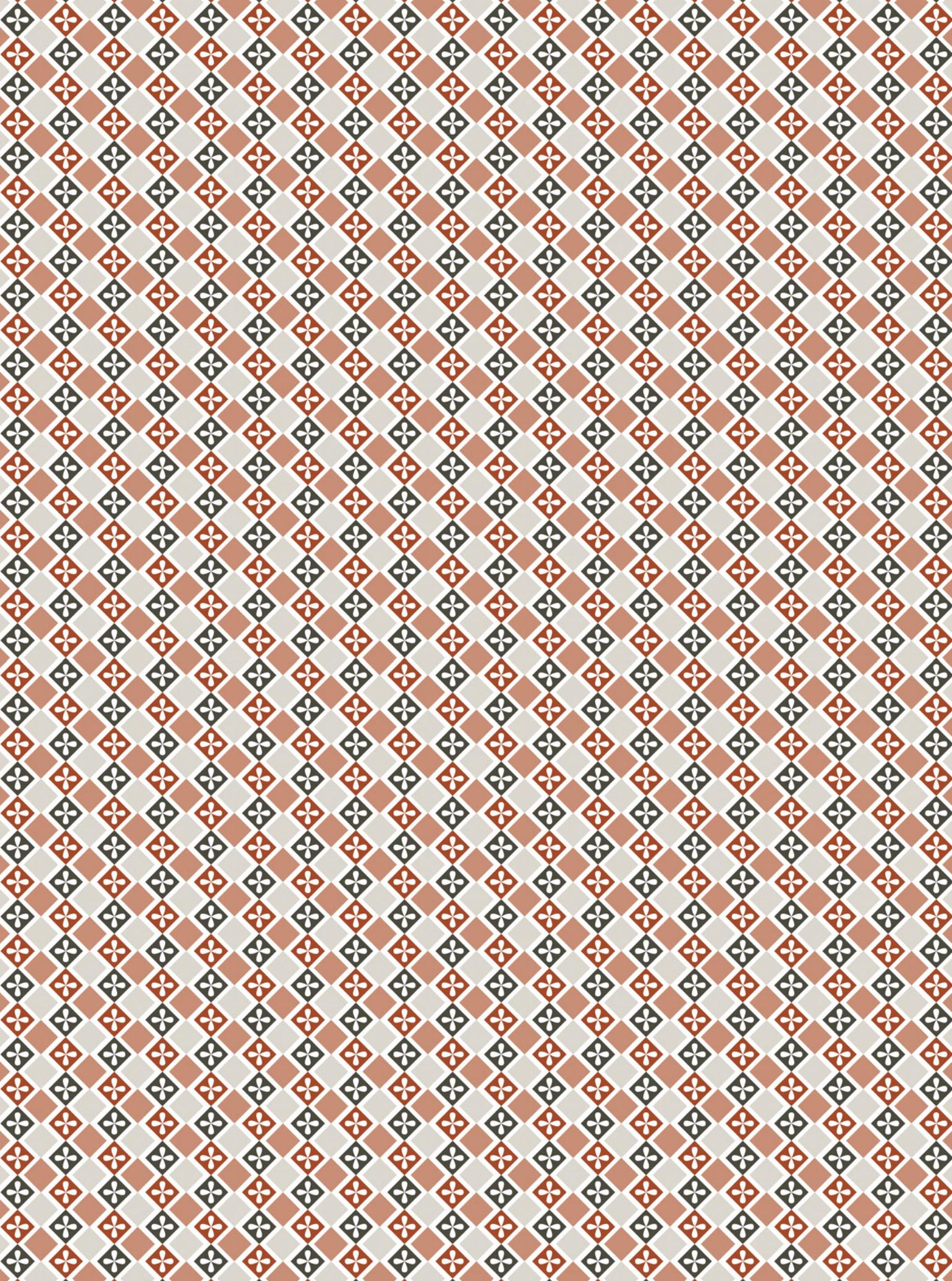


**A mulher na cidade medieval portuguesa:
exceções que fazem a diferença**

Maria do Carmo Ribeiro

Universidade do Minho





EM JEITO DE HOMENAGEM

Corria o ano de 2014 quando tive a oportunidade de conhecer pessoalmente a Professora Gregoria Caveró Domínguez, com a qual desenvolvi prontamente uma relação empática muito agradável. O seu entusiasmo pelos estudos medievais e pela estreita relação que desde a Alta Idade Média se estabeleceu entre os reinos do Noroeste da Península Ibérica, numa história largamente partilhada por Portugal e Espanha, alimentou muitas conversas e ensinamentos, onde rainhas, mosteiros e conventos medievais sempre acabavam por vir à discussão. Mas foi sobretudo no âmbito do projeto *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades (XII-XV)*, liderado pela Professora Gregoria Caveró Domínguez, e que tive o privilégio de integrar, que, entre 2015 e 2017, foi possível estreitar os laços que nos unem, nas várias estâncias que privámos em León, Siena, Braga ou Sevilha.

Admiro-lhe a enorme capacidade de trabalho e liderança, o rigor metodológico, a bagagem teórica e cognitiva, que fazem da Professora Gregoria Caveró Domínguez uma investigadora de referência no panorama internacional. Mas, a singularidade da Professora Gregoria Caveró Domínguez reside também na sua enorme inteligência emocional. Uma Senhora de princípios, de sentimentos e de uma enorme generosidade, que sabe abraçar desafios e liderar com alma e espírito construtivo, nunca descuidando o ambiente amistoso e o bem-estar dos que a rodeiam, nomeadamente dos mais jovens, pincelando todos com laivos de carinho.

É, pois, com enorme satisfação que me associo à publicação desta obra em sua homenagem. O tema selecionado para este texto - *A mulher na cidade medieval portuguesa: exceções que fazem a diferença* - pretende ser igualmente uma forma de comemorar uma temática que fui desafiada a aprofundar pela Professora Gregoria Caveró Domínguez nas nossas reuniões científicas, mas, igualmente, uma forma de louvar a Mulher especial que ela é.

Maria do Carmo Ribeiro

Compreender o papel da mulher na cidade medieval continua a constituir um desafio de investigação, que lida, por um lado, com obstáculos relativos à escassez de dados com referência a elementos do sexo feminino, muitas vezes silenciados e na generalidade indiretos, por outro lado, com circunstâncias adversas decorrentes da própria tradição historiográfica que privilegiou o estudo das sociedades do passado através das atividades masculinas.

Todavia, importa destacar os estudos que têm vindo a ser realizados sobre a história da mulher nas últimas décadas, alguns dos quais inseridos em perspetivas alternativas em oposição às tendências mais tradicionalistas, designadas de “género” como a Arqueologia do Género¹ e a História do Género², impulsionadas pelos movimentos feministas de meados do século XX, que, paulatinamente, têm vindo a ganhar importância na historiografia mundial e nacional.

Em Portugal, o interesse pelos estudos sobre a História da Mulher ganha importância na década de 1980, quando são organizados dois grandes colóquios interdisciplinares. Um intitulado “As mulheres em Portugal”, teve lugar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e o outro “A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas atuais”³, no qual foram apresentadas três comunicações que incidiram sobre a mulher medieval, consideradas como verdadeiros marcos no início do estudo do tema⁴. Ainda nos anos de 1980, Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura publicam o livro “A mulher como um bem e os bens das mulheres”⁵. Nos anos de 1990, alguns estudos pontuais acerca da mulher são realizados com base na cronística medieval⁶, outros sobre temáticas que irão conhecer particular atenção

- 1 GILCHRIST, Roberta. *Gender and Archaeology: Contesting the Past*. London: Routledge, 1999.
- 2 CARPENTER, Jennifer and MACLEAN, Sally-Beth. *Power of the weak: studies on medieval women*. Urbana: University of Illinois Press, 1995. SILVA, Manuela dos Santos e RODRIGUES, Ana Maria. “Women’s and gender history”. In MATTOSO, José (dir.). *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950 – 2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 483-498; BENNETT, Judith and KARRAS, Ruth (ed.). *The Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- 3 *Actas do Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais* (20 a 22 de março de 1985). Coimbra: Instituto de História Económica e Social (FLUC), 1986, 2 vols.
- 4 MATTOSO, José. “A mulher e a família”. In *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social (FLUC), 1986, p. 35-49; COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina. “O papel das mulheres da nobreza nas estratégias de aliança e na transmissão do património, entre os séculos XI e XIII”. In *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social (FLUC), 1986, p. 51-90; BEIRANTE, Maria Ângela. “As mancebias das cidades medievais portuguesas”. In *O ar da Cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Colibri, 2008, pp. 7-24.
- 5 COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina. *A mulher como um bem e os bens das mulheres*. Coimbra, 1986.
- 6 RODRIGUES, Ana Maria. “Mulheres e fronteira na cronística medieval dionisina”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História*, n. 15, 1998, pp. 1581-1594; OLIVEIRA, Ana Rodrigues. As



até aos dias de hoje. É o caso das rainhas medievais de Portugal⁷ e a mulher e o trabalho na sociedade medieval portuguesa⁸. No entanto, de maneira geral e comparada, os estudos sobre o papel das mulheres na cidade medieval portuguesa são ainda muito escassos sobretudo se tivermos em linha de conta os vários domínios e perspetivas em que podem ser estudadas. Por exemplo, até há poucos anos, assumia-se que o envolvimento das mulheres na atividade construtiva e na edificação da cidade medieval era muito escasso, evidenciando-se apenas o seu papel promotor, como se encontra bem documentado para algumas rainhas⁹.

Porém, nas últimas décadas, os estudos realizados sobre a mulher medieval europeia¹⁰ têm vindo a comprovar o seu envolvimento em múltiplas atividades comerciais e produtivas, mas também no desempenho de uma série de profissões nos estaleiros da construção, desde simples trabalhos até aqueles que se relacionam com o fornecimento e transporte de materiais¹¹.

Representações da Mulher na Cronística Medieval Portuguesa (sécs. XII a XIV). Cascais: Patrimonia, 2000; OLIVEIRA, Ana Rodrigues. “A imagem da mulher nas crónicas medievais”. *Revista Faces de Eva: estudos sobre a mulher*, n. 5, 2001, pp. 133-147.

- 7 OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *Rainhas medievais de Portugal: dezassete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- 8 COELHO, Maria Helena da Cruz. “A Mulher e o Trabalho nas cidades medievais portuguesas”. In *Homens, espaços e poderes: séculos XI – XVI*, v. I. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 37-59; GONÇALVES, Iria. “Regateiras, Padeiras e outras mais na Lisboa Medieval”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; PONTES, João Luís Pontes (coord.) *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 1- 29; MELO, Arnaldo Sousa. “Mulher, trabalho e família: a dimensão económica do agregado familiar. Porto, 1340-1450”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) *Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Faculdade de Letras/Livraria Civilização, 2003, v. I, pp. 273-288; SEQUEIRA, Joana e MELO, Arnaldo. “A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval”. *Medievalista*, [Online], n. 11, 2012, DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.780>; SEQUEIRA, Joana. *O Pano da Terra: Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto Edições, 2014; PEREIRA, Mariana. *A mulher e o trabalho nas cidades e vilas portuguesas medievais (séculos XIV e XV)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2020 (dissertação de mestrado); LINO, Ana Filipa Dias. *A família e os mesteres nas cidades medievais portuguesas: formas de participação e de atuação*. Braga: Universidade do Minho, 2021 (dissertação de mestrado).
- 9 SILVA, Manuela Santos. “Protagonistas ainda que ausentes: As mulheres nas Cortes Medievais Portuguesas”. In *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do congresso internacional*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006, pp. 221-227; SILVA, Manuela Santos. “El señorío urbano de las reinas-consortes de Portugal (siglos XII-XV)”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; ANDRADE, Amélia Aguiar (ed.). *Ser mujer en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2013, pp. 271-288.
- 10 RÁBADE OBRADÓ, M.ª del Pilar. “La mujer trabajadora en los ordenamientos de Cortes, 1258-1505”. In SEGURA GRAÍÑO, Cristina y MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela (coord.) *El trabajo de las mujeres en la Edad Media hispana. V Jornadas de Investigación Interdisciplinaria sobre la Mujer*, 1988, pp. 113-140; BARDSLEY, Sandy. *Women’s Roles in the Middle Ages*. Londres: Greenwood Press, 2007; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; ANDRADE, Amélia Aguiar (ed.) *Ser mujer en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2013.
- 11 CONDE, Manuel Silvio. “As gentes da construção na sociedade medieval portuguesa”. In MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) *História da Construção. Os Construtores*, Braga: CITCEM, 2011,



Na generalidade, estamos a falar de situações excepcionais, mas que fazem a diferença, sendo certo que as atividades diárias documentadas para as mulheres nas cidades afetaram a estrutura espacial e o carácter dos centros urbanos.

Pretendemos, desta forma, explanar alguns dos conhecimentos sobre a mulher na cidade medieval através de uma análise que, por excepcional, pretende ressaltar a importância desde grupo social, testemunhando as oportunidades que algumas mulheres portuguesas tiveram e/ou souberam agarrar e lhes permitiram desempenhar uma ação de relevo no espaço público da cidade medieval, paralelamente aquela que por regra lhe era conferida na esfera privada doméstica, e, desta forma destacar o seu contributo para a sociedade e economia medieval, mas também para a vida, o ambiente e a imagem da cidade medieval, tendo em conta nomeadamente os espaços urbanos que frequentavam.

Uma das primeiras mulheres a desempenhar um papel excepcional na história da formação e desenvolvimento do reino de Portugal e da cidade medieval portuguesa foi Mumadona Dias¹², nascida por volta do ano 900, que, com cerca de 15 a 20 anos casa com o conde galego Hermenegildo Gonçalves ou Mendo Gonçalves, tenente na comarca de Deza e governador do Condado Portucalense. Após a morte do esposo Mumadona Dias passará a governar o Condado sozinha, tornando-se numa das mulheres mais poderosas do noroeste da Península Ibérica. Na sua propriedade de *Vimaranes* mandou edificar um mosteiro dúplice, e, para sua defesa mandou construir igualmente um castelo roqueiro, entre 950 e 957, numa zona alta, também conhecida como Monte Latito¹³. Ambos, mosteiro e castelo, irão constituir-se paulatinamente polos de atração, dando origem a dois núcleos populacionais, mais tarde designados de vila alta e vila baixa¹⁴. Desta forma, Mumadona Dias, paralelamente à ação crucial no povoamento e organização do território, lança as bases da futura vila de Guimarães, um dos núcleos urbanos medievais mais importante na formação do reino de Portugal, cujas origens remontam à ação desta Condessa no século X.

À semelhança de Mumadona Dias, encontramos várias outras condessas a possuir conjuntos consideráveis de bens entre os séculos IX e XI, como é o caso na mesma época, precisamente, de uma sobrinha de Mumadona Dias, D. Flâmula Rodrigues (ou Chamôa

pp. 75-98. FERREIRA, Sérgio Carlos. “Salários e níveis de vida dos construtores em Portugal na Baixa Idade Média”. In MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) *História da Construção. Os Construtores*, Braga: CITCEM, 2011, pp. 205-228.

¹² CARDOZO, Mário. “O Testamento de Mumadona, fundadora do Mosteiro e Castelo de Guimarães na segunda metade do século X”. *Revista de Guimarães* (77 (3-4), Jul-Dez), n.1-2, 1967, pp. 279-298.

¹³ BARROCA, Mário Jorge. “O Castelo de Guimarães”. *Patrimonia*, n 1, Lisboa, 1996, pp. 17-28.

¹⁴ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão. *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’: estudo de história urbana: 1250-1389*. Braga: CITCEM, 2010.



Rodrigues) que detinha nomeadamente 10 castelos na Beira Interior, a Ocidente do rio Côa¹⁵. Outras personagens femininas de épocas posteriores se destacaram igualmente enquanto governantes de amplos territórios, onde se incluíam herdades, vilas e mosteiros, como foi o caso da condessa de Portucale D. Ilduara Mendes¹⁶, que governou o condado conjuntamente com o seu esposo Nuno Alvites até à sua morte em 1028, tendo assegurando o governo do condado durante a menoridade do seu filho Mendo Nunes¹⁷.

Na mesma linha de atuação política encontramos várias outras figuras femininas como a incontornável D. Teresa de Leão (1080-1130), mãe do primeiro rei de Portugal D. Afonso Henriques. Filha ilegítima do rei Afonso VI de Leão e Castela, recebe deste como dote de casamento o Condado de Portucale, território compreendido Entre-Os-Rios Minho e Vouga, mais tarde, em 1096, ampliado até ao Tejo. Conjuntamente com o seu marido, o nobre francês Henrique de Borgonha, com quem casara em 1093, os primeiros soberanos do Condado Portucalense irão desenvolver uma ação política determinante para a consolidação do território portucalense, mas também para a cidade de Braga, nomeadamente o reforço do poder do bispo de Braga face à diocese de Santiago de Compostela e a obtenção do estatuto de Sé metropolitana para a Igreja de Braga, bem como a doação do couto de Braga e o seu termo, com os respetivos direitos fiscais à arquidiocese de Braga, em 1112, confirmada e ampliada posteriormente por D. Afonso Henriques, em 1148¹⁸, que permitiram à Igreja local obter uma posição muito privilegiada na cidade, a qual ao longo dos tempos se traduziu num forte poder e influência, designadamente ao nível do urbanismo e arquitetura. A ligação de D. Teresa de Leão e do seu marido à cidade de Braga pode ser avaliada não só pelo facto de terem tido residência em Braga, mas também por se encontrarem sepultados na Sé de Braga: o conde D. Henrique, por expressa vontade, e D. Teresa para onde foi transladada mais tarde. Depois da morte do seu marido, D. Teresa passou a governar o Condado sob a forma de regência em nome do seu filho, chegando mesmo a intitular-se de rainha perante o papa¹⁹. Apesar da história conturbada que presidiu ao seu governo do Condado Portucalense entre 1112 e 1128, e sobretudo das lutas que travou com o seu filho, primeiro rei de Portugal, a história de D. Teresa de Leão representa um marco incontornável da história de Portugal e ilustrativo do papel determinado e forte com que algumas mulheres souberam exercer o poder governativo.

¹⁵ BARROCA, Mário Jorge. “Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugalia*, nova série, vol. XXV, pp. 181-203.

¹⁶ COSTA, Avelino de Jesus da. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2ª edição refundida e ampliada, volume I, Braga: Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, pp. 85-194.

¹⁷ A condessa D. Ilduara Mendes era filha de Mendo II Gonçalves e de Tutadona Moniz (MATTOSO, José. “A nobreza portucalense dos séculos IX a XI”. In *Do Tempo e da História*, III, 1970, pp: 35-50.

¹⁸ COSTA, Avelino de Jesus da. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga...*, pp. 85-194.

¹⁹ AMARAL, Luís Carlos e BARROCA, Mário Jorge. *Teresa. A Condessa-Rainha*. Lisboa: Temas e Debates, 2020.



De facto, os estudos recentes acerca da ação política por parte de algumas mulheres de elite ao longo da Idade Média, desde logo das rainhas, seja como Rainha Consorte, Rainha Mãe, Rainha Viúva, Rainha Regente ou Rainha Reinante têm permitido aclarar a importância, direta ou indireta, da sua ação governativa e administrativa do reino, assim como ao nível da gestão do seu património, particularmente dos seus senhorios urbanos²⁰. Neste sentido, refira-se a prática de doação de vilas por parte dos reis portugueses às suas esposas, que, desta forma, exercem um papel importante na sua jurisdição, e nas quais as rainhas consortes podiam possuir vários imóveis (tabernas, casas, herdades), como se encontra bem documentado para Óbidos, uma das vilas da Rainha Filipa de Lencastre²¹. Mas, um dos casos de maior excecionalidade terá sido mesmo o da rainha consorte D. Isabel de Aragão, esposa do rei D. Dinis, cuja a atuação política se encontra bem documentada, interferindo em alguns conflitos do seu tempo, mas também como gestora de um vasto património e fundadora de vários edifícios religiosos e de caridade, nomeadamente conventos, mosteiros, orfanatos e hospitais, contribuindo, desta forma, para a conformação da paisagem de vários centros urbanos medievais²². Considerada como a primeira rainha a dedicar-se à assistência às mulheres, D. Isabel de Aragão mandou fundar só na cidade de Coimbra, um hospital (de Santa Isabel), junto ao convento de Santa Clara (a velha) - por ela mandado refundar, e junto ao qual mandou construir um palácio para si - mas também uma Casa de Regeneração, ou Recolhimento, e um Hospital de Mulheres Arrepentidas²³.

À semelhança das rainhas, a vida das demais mulheres esteve naturalmente dependente do contexto económico, social e cultural em que nasciam e viviam, ou seja, da sua origem familiar e do casamento, mas também certamente das adversidades e desafios que a vida lhe foi colocando e do seu talento para os superar. No caso do mundo urbano medieval, a vida da mulher comum esteve também naturalmente dependente da dinâmica económica e social dos centros urbanos, a qual influenciou as possibilidades de acesso e exercício de diversas atividades, nomeadamente atividades remuneradas, como as artesanais e as mercantis, mas, identicamente, de um modo geral, permitiu-lhe contribuir através da sua presença, por vezes constante e diária no espaço público da cidade, para a configuração da paisagem urbana medieval.

²⁰ SILVA, Manuela Santos. “El señorío urbano de las reinas-consortes de Portugal (siglos XII-XV)”, op. cit.

²¹ SILVA, Manuela Santos. “Felipa de Lencastre, la dama inglesa que fue odela de reginalidad en Portugal”. In *Anuario de estudios medievales*, 46/1, enero-junio, 2016, pp. 203-230.

²² OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *Rainhas medievais de Portugal ...*, pp. 168-202.

²³ *Ibidem*.



Apesar das limitações da documentação medieval que se preservou, onde a mulher é em muitos casos referida de forma simples, apenas pela alcunha, como “a mi-lhaceira”, “a amada”, ou indiretamente, como “mulher de ...”, filha de ...”²⁴ e da sua condição jurídica bastante limitada, nomeadamente na liderança de negócios de grande volume²⁵, o papel das mulheres na sociedade medieval portuguesa tem vindo a ser paulatinamente desvendado, permitindo testemunhar a participação e presença da mulher nos mais variados espaços urbanos das vilas e cidades medievais.

Tanto no mundo rural como no mundo urbano o espaço destinado à mulher era primordialmente a casa, na qual deviam cuidar desde logo do lar, assegurando um conjunto de tarefas ordinárias relacionadas com a alimentação da família, que incluíam adquirir os alimentos e confecioná-los²⁶. Cultivar a horta, criar animais domésticos, cozer pão, mas, também, providenciar o vestuário da família, fiando, tecendo ou costurando peças de roupa de forma caseira, eram atividades que a mulher realizava preferencialmente na sua residência²⁷. Era, igualmente, na casa que a mulher desempenharia outra função primordial, a educação dos filhos, em grande parte praticada com base na transmissão oral do conhecimento, que, no caso das mulheres, as deveria preparar para o exercício das atividades domésticas, mas também podia incluir a preparação para o exercício de um ofício²⁸.

Podemos melhor compreender a atividade feminina doméstica se a correlacionarmos com a tipologia da casa comum dos centros urbanos medievais portugueses, que, na verdade, seria bastante variável²⁹, dependendo nomeadamente da importância do espaço urbano em que se localizava. Assim, é possível testemunhar habitações bastante elementares, constituídas por uma casa de um único piso e divisão única, designada nas fontes como “casa” ou “casa térrea” ou “casa terrestre”, que podia ter o centro na lareira³⁰, e habitações de alguma complexidade, como as “casas sobradadas”, com um

²⁴ RIBEIRO, Maria do Carmo. “População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV”. In *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade*, Volume IV - Cidade Medieval, Guimarães: Câmara Municipal, 2019, pp. 179-217. <http://hdl.handle.net/1822/64453>. [consulta: 20/12/2022].

²⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz. “A Mulher e o Trabalho nas cidades medievais portuguesas” ..., p. 39.

²⁶ MATTOSO, José. “A mulher e a família” ..., p. 35-49.

²⁷ OPITZ, Claudia. “O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)”. In DUBY, Georges e PERROT, Michelle (dir.). *História das Mulheres. A Idade Média* (dir. KLAPISCH-ZUBER, Christiane, vol. 2, Porto, 1993, p. 353-435.

²⁸ OLIVEIRA, Ana Rodrigues e OLIVEIRA António Resende. “A mulher”. In MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 317.

²⁹ Veja-se CONDE, Manuel Sílvio. “A casa urbana do centro e sul de Portugal nos finais da Idade Média”. *Arqueologia Medieval*, n. 5, 1977, pp. 243-265; CONDE, Manuel Sílvio Alves. “A casa”. In MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 54-77; CONDE, Manuel Sílvio. *Construir, habitar: a casa medieval*. Braga: CITCEM, 2011.

³⁰ Como sugere VILAR, Hermínia Vasconcelos. *Abrantes Medieval (1300-1500)*. Abrantes: Câmara Municipal, 1988, p. 27.



ou mais pisos e várias divisões, podendo neste caso o andar térreo (de baixo) servir o armazenamento, a criação de animais ou outra conveniência. Em ambos os casos, também se podia verificar a presença de eixido ou quintal, que permitiam a existência de hortas e a criação de animais domésticos, bem como de currais, e, desta forma, prolongariam a casa em comprimento³¹. Era comum igualmente o andar térreo (de baixo) ser ocupado por uma loja, oficina ou tenda, servindo neste caso como local de mester, para a produção e/ou venda de produtos.

Importa, a este propósito, destacar o trabalho feminino realizado no seio do agregado familiar, nomeadamente no âmbito de alguns grupos sócio profissionais, particularmente dos artesãos e mercadores, para os quais esposas, filhas e outras mulheres colaboravam³². A importância da contribuição da mulher para o aumento e complemento dos rendimentos familiares tem vindo a ser analisado para vários setores da produção, como é o caso da produção têxtil portuguesa, onde a mulher trabalhando em casa cooperava na produção ou fabrico de produtos, nomeadamente nos vários ciclos da produção têxtil, preparando as matérias primas, confeccionando panos e peças de vestuário³³. Tratava-se de uma mão-de-obra complementar e dependente, não remunerada, mas que poderia ser bastante qualificada, contribuindo desta forma a mulher para o negócio e subsistência da família e, de modo geral, para a estabilidade e equilíbrio social dos núcleos urbanos.

Deste modo, o espaço doméstico, inserido por definição no âmbito da esfera privada, acabava por ter uma dimensão pública, na exata medida em que era também neste espaço que se desenrolavam algumas atividades de produção e venda, na estreita relação que se estabelecia entre o lar e a oficina-loja, enquanto pequena unidade de trabalho produtivo e de venda, onde a mulher participava frequentemente, inclusivamente através do exercício de atividades remuneradas à porta da sua casa, nomeadamente a venda de produtos em tabuleiros³⁴, num âmbito já claramente público, o da rua.

Ainda no âmbito apenas da gestão do espaço doméstico do lar, a mulher seria obrigada a sair de casa e a percorrer as ruas e praças da cidade nomeadamente para a aquisição

31 Tipologias que se encontram documentadas para várias cidades medievais portuguesas (MARQUES, A. H. de Oliveira. “Las ciudades portuguesas en los siglos XIV y XV”. *Estudios de Historia e Arqueología Medievales*, v. 7/8, 1987-1980, pp. 77-102). Veja-se, por exemplo, o caso da cidade de Braga (RIBEIRO, Maria do Carmo. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Braga: Universidade do Minho. 2008. 2 Volumes (614 + 271 p.), pp: 428-494 (Tese de Doutoramento). URL: <http://hdl.handle.net/1822/8113>. [consulta: 20/12/2022].

32 Veja-se a este propósito o caso da participação feminina no trabalho da cidade do Porto (MELO, Arnaldo Sousa. *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*, 2 volumes. Braga: Universidade do Minho, 2009 (tese de doutoramento): vol. I, p. 270- 272.

33 SEQUEIRA, Joana e MELO, Arnaldo Sousa. “A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval”. *Medievalista* [Online], n. 11, 2012, URL: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\textil1105.html>. [consulta: 20/12/2022].

34 Como se verifica no Porto, na rua das Tendas, onde, em 1391, Maria Doniz é autorizada a fazer um tabuleiro à porta da sua casa (MELO, Arnaldo Sousa. *Trabalho e Produção em Portugal ...*, vol. II, p. 276).



de alimentos, água ou produtos manufaturados, participando desta forma no fervilhar da vida e contribuindo para o ambiente urbano. A este propósito refira-se o papel exercido pelas fontes e chafarizes como local de reunião e sociabilização da população urbana, particularmente a feminina, e na conformação do cenário urbano medieval³⁵.

Todavia, a presença da mulher no espaço público urbano verifica-se igualmente ao nível do desempenho de atividades remuneradas, representando, neste caso, uma participação mais direta na economia urbana³⁶.

Entre estas atividades, as ligadas à produção e venda de pão parecem constituir o setor da economia urbana onde a presença feminina foi mais significativa, em algumas cidades portuguesas um mester maioritariamente desempenhado pelo sexo feminino, quase em exclusividade. A tarefa de amassar o pão pela *amassadeira* não se realizaria num lugar específico ou fixo do espaço urbano, podendo ser realizada em casa, muito embora a sua cozedura já o fosse. Efetuada em fornos, que ocupariam um lugar fixo, onde a *forneira* procederia à cozedura do pão, estes locais constituíam-se em muitos casos num topónimo de referência, podendo ser pertença de senhores leigos ou eclesiásticos, do concelho ou do rei, mas também de um qualquer morador³⁷. No caso da venda do pão, esta poderia ser praticada em locais fixos ou ambulante em diferentes espaços e edifícios, nomeadamente nos açougues, nas fangas ou em tendas dispersas pelo núcleo urbano, nomeadamente nas praças e rossios, muito embora de acordo com regras específicas, definidas pelos poderes urbanos, que podiam variar entre os núcleos ou até mesmo dentro dos centros urbanos³⁸.

Porém, as mulheres não vendiam apenas pão, mas uma grande variedade de produtos relacionados com o abastecimento diário à cidade, como peixe e hortaliças, frutas e legumes, assim como, por vezes, carne, azeite, mel, entre outros. A modalidade como realizavam estas vendas, bem como o local, podiam ser muito variáveis, nomeadamente de forma ambulante ou partilhando os espaços de comércio com os demais

35 TRINDADE, Luísa. “A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma”. In LOZANO BARTOLOZZI, M^a del Mar; MÉNDEZ HERNÁN, Vicente. (coord. y ed.) *Patrimonio cultural vinculado con el agua. Paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2014, p. 367-380. RIBEIRO, Maria do Carmo e MARTINS, Manuela. “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da Cidade de Braga (1737)”. In MARTINS, Manuela; FREITAS, Isabel; VALDIVIESO, Isabel (coord.) *Caminhos da Água*. Braga. CITCEM, 2012, pp. 179-222.

36 Veja-se a este propósito o caso da participação feminina no trabalho da cidade do Porto (MELO, Arnaldo Sousa. *Trabalho e Produção em Portugal ...*, vol. I, p. 270- 272).

37 Um das referências mais antigas por nós identificada refere-se ao forno da Infanta D. Sancha (furnum de infantissa domna Sancia) existente na cidade de Braga, em 1161 (RIBEIRO, Maria do Carmo. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna ...*, p. 245).

38 Veja-se, por exemplo, o caso da paróquia de Santa Justa, em Coimbra (CAMPOS, Maria Amélia. “A mulher da paróquia de Santa Justa de Coimbra na Baixa Idade Média”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; ANDRADE, Amélia Aguiar (ed.) *Ser mujer en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2013, p. 215-232).



vendedores no espaço público³⁹, como era o caso da venda realizada nos açougues e nas praças, ou nas tendas fixas que se poderiam encontrar dispostas um pouco por toda a cidade.

No caso de Coimbra, o abastecimento à cidade de uma gama variada de produtos alimentares, como a manteiga de azeite, o mel, ovos, alhos ou cebolas podia ser realizado de forma dispersa pela cidade, à porta de casa, pelas regateiras ou por aqueles que os produziam⁴⁰.

Em Évora, nos açougues novos de 1470, vendiam-se a retalho, pão (padeiras), fruta (fruteiras), fruta seca, figos verdes e secos, limões, hortaliças (verceiras), peixe fresco e seco (pescadeiras de pescado), tripas e debulhos de bois e vacas e outras carnes cozidas, cabritos, entre outros⁴¹.

Efetivamente, os açougues constituíam um mercado de abastecimento diário, coberto e amplo, onde existia espaço para bancas, permanentes ou amovíveis, onde desde padeiras a pescadores podiam expor e vender os seus produtos, no seu interior ou nas imediações⁴². Regra geral, nas cidades portuguesas de média e grande dimensão existiu um primeiro açougue, localizado dentro das muralhas, nas proximidades de edifícios do poder urbano, apesar da sua atividade poluente, que depois foi remodelado ou substituído por outro, situado noutra local mais amplo do espaço urbano. Por exemplo, em Évora o açougue mais antigo localizava-se junto da igreja de S. Pedro, nas proximidades da Sé, junto a uma fonte de água, sendo no século XIV transferido para o templo romano, por razões de espaço⁴³. Situação semelhante ocorre em Santarém⁴⁴, Ponte de Lima⁴⁵ ou em Braga, cidade onde o açougue *velho* localizado junto à Sé e aos Paços do Concelho será transferido no século XV para fora de muros, onde aliás permanecerá até ao século XVIII⁴⁶.

39 GONÇALVES, Iria. “Regateiras, Padeiras e outras mais na Lisboa Medieval”..., pp. 1- 29.

40 RAU, Virgínia. *Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, pp. 175-185.

41 PEREIRA, Gabriel. “Posturas antigas da Câmara de Évora”. In *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998 (Reimpressão da edição de 1885), p. 129.

42 RIBEIRO, Maria do Carmo. “Espaços e arquiteturas de abastecimento da cidade medieval”. In ANDRADE, Amélia A. e SILVA, Gonçalo M. (ed.) *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*. Lisboa: IEM/FCSHUL, 2020, pp. 383-400. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/67740>. [consulta: 20/12/2022].

43 BEIRANTE, Maria Ângela. “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora”. In *O ar da Cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa, Colibri, 2008, pp. 185.

44 Ibidem.

45 ANDRADE, Amélia Aguiar. *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 15-19.

46 RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa. “A influência das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa (coord.) *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 145-171. URL: <http://hdl.handle.net/1822/19500>. [consulta: 20/12/2022].



Desta forma, a presença das mulheres nos espaços de venda da cidade medieval como nos açougues ou nas *fangas* seria diária. Estas estruturas comerciais podiam encontrar-se espacialmente muito próximas, como acontecia nas cidades de Santa-rém e Évora⁴⁷. Noutros casos, decorrente nomeadamente do dinamismo económico verifica-se um aumento do número deste tipo de edifícios, como em Lisboa, cidade onde se registam vários açougues e fangas⁴⁸.

Outra estrutura de abastecimento de produtos à cidade medieval onde a mulher tem uma presença diária e com alguma expressão é a *tenda*. O recurso a esta solução para a venda de produtos encontra-se atestada para a esmagadora maioria dos aglomerados urbanos medievais portugueses, assumindo em algumas cidades proporções espaciais consideráveis que ficaram registadas na toponímia como rua das Tendas ou Rua das Tendeiras, como se verifica em Guimarães⁴⁹, Porto ou Lisboa, cidade onde o número de mulheres tendeiras também era maior⁵⁰.

Por fim, refira-se a participação feminina nos mercados e feiras que decorriam de forma periódica nos mais diversos locais do espaço periurbano e urbano, permitindo prover a cidade com os produtos das regiões limítrofes, que não podiam ser produzidos nas cidades e, simultaneamente, escoar a produção artesanal, e que contariam com a presença de mulheres. Este tipo de trocas, podiam ser realizadas em qualquer lugar vago – chão, campo, rossio ou terreno – onde era possível erguer tendas móveis, expor as mercadorias em bancas e cestos ou simplesmente no chão, preferencialmente junto aos largos existentes junto às portas das muralhas ou aos edifícios de maior centralidade, à semelhança do que se verificava no Porto, cidade onde a feira semanal se realizava no Rossio junto à Sé⁵¹.

Mas, através da toponímia é possível testemunhar igualmente a presença das mulheres em outros espaços dos núcleos urbanos, tendo em conta nomeadamente a atividade que nelas desenvolveriam, nomeadamente as ruas das Padeiras, das Mostardeiras, das Trapeiras, das Tripeiras, da Mancebia ou da Putaria, mas também no chão das Padeiras, na fonte das Padeiras ou na portela das Padeiras, registadas por Mariana Pereira para as vilas e cidades portuguesas nos séculos XIV e XV⁵².

No caso das ruas da Putaria e da Mancebia, existentes nomeadamente nas cidades da Guarda e Évora, Torres Vedras e Leiria, referir que a prostituição seria igualmente outro tipo de ocupação feminina, essencialmente urbana. Ainda que a possamos

⁴⁷ BEIRANTE, Maria Ângela. “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais ...”, pp. 180.

⁴⁸ RIBEIRO, Maria do Carmo. “Espaços e arquiteturas de abastecimento da cidade medieval...”, pp. 383-400.

⁴⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão. *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’* ..., pp. 482-484.

⁵⁰ GONÇALVES, Iria. “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 39-41.

⁵¹ RIBEIRO, Maria do Carmo. “Espaços e arquiteturas de abastecimento da cidade medieval...”, pp. 383-400.

⁵² PEREIRA, Mariana. *A mulher e o trabalho nas cidades* ..., pp. 146.



conceber como uma atividade marginal e proibida, a verdade é que paradoxalmente era uma prática taxada em muitas cidades portuguesas, razão pela qual alguns historiadores não têm reservas em considerá-la uma atividade necessária para a manutenção da ordem social e “garante da moralidade pública”⁵³. Os lugares onde a prostituição era exercida nas cidades portuguesas podiam variar entre a casa própria, dispersa por qualquer ponto da cidade, e a mancebia, bairro ou rua onde se concentravam a viver as mulheres que se dedicavam a fazer comércio do seu corpo. A angariação de clientes poderia ser feita no espaço público, na praça, como aconteceria em Évora, perturbando, por vezes, a ordem pública⁵⁴. A estas mulheres poderia ser imposto o uso de símbolos que as distinguissem das mulheres honestas, nomeadamente ao nível do vestuário⁵⁵. Ainda assim, Ângela Beirante documenta a construção e aumento de mancebias ao longo da Idade Média em cerca de uma dúzia de cidades portuguesas, reflexo do próprio crescimento económico e florescimento urbano que registam⁵⁶.

Para a cidade de Braga, encontramos algumas mancebas, serviçais de membros da igreja, como cônegos e abades, a ter casas emprazadas ao cabido como titulares do contrato⁵⁷, situação que aliás se verifica para mulheres solteiras, como era o caso de Senhorinha Afonso, mulher solteira⁵⁸.

Na realidade, apesar de não ser frequente a mulher ser primeira titular do contrato, acontecendo sobretudo quando a mulher se torna viúva, a sua existência atribui uma certa autonomia à mulher, reconhecendo que, tal como o homem, possui capacidade de gestão.

Aliás, a participação da mulher no mundo dos negócios imobiliários, nomeadamente através da prática de subemprazamento de propriedades urbanas, como casas de morada, pode igualmente ser atestada para algumas cidades, como é o caso de Braga, onde nos finais do século XIV encontramos algumas mulheres a ter emprazadas várias casas, como é o caso de Clara Geraldês, que aparece a trazer emprazadas três casas na rua de Ousias, e nas quais moram outras pessoas⁵⁹. Neste contexto, ainda que se tratando de casos excepcionais, as mulheres assumem-se como detetoras de contratos imobiliários, podendo geri-los por conta própria, não dependendo de ninguém, nomeadamente de nenhum membro do sexo masculino. Esta situação torna igualmente

53 BEIRANTE Maria Ângela. “As mancebias das cidades medievais portuguesas”. In *O ar da Cidade: ensaios de história medieval e moderna*, Lisboa, Colibri, 2008, p. 9.

54 *Ibid.*, p. 7-24.

55 *Ibid.*, p. 14.

56 *Ibidem*, p. 17-24.

57 RIBEIRO, Maria do Carmo. “População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV”. In *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade*, Volume IV - Cidade Medieval, Guimarães: Câmara Municipal, 2019, pp. 179-217. <http://hdl.handle.net/1822/64453>. [consulta: 20/12/2022].

58 Arquivo Distrital de Braga (A. D. B.), *Prazos do cabido*, liv. 2. fl. 165 (29 de Julho de 1481).

59 RIBEIRO, Maria do Carmo. “População e espaço urbano ...”, pp. 202-204.



evidente o papel ativo e a capacidade de liderança destas mulheres, assumindo-se como cabeça de contracto de emprazamento à semelhança dos homens.

Em outras ocasiões vemos as mulheres a trabalhar junto dos homens, ainda que em situação inferior como é o caso da construção, onde as mulheres trabalhavam sobretudo nos fornos (fornheiras e caeiras), na caiação e no transporte de materiais (aguadeiras), mas também trabalhadoras indiferenciadas (mulheres de jornal, mulheres ganha-dinheiros)⁶⁰. Noutros casos, a mulher trabalhava para obter um meio de subsistência ou um salário como lavadeiras ou serviçais domésticas, trabalhando em casa de outra pessoa

A presença da mulher no espaço público das cidades medievais portuguesas fazia-se sentir igualmente ao nível da sua participação nas festas públicas urbanas, que, regra geral, eram detentoras de um carácter cívico e religioso, que pretendia traduzir a organização e a ordem da sociedade, sendo os espaços públicos urbanos palcos privilegiados da sua representação⁶¹. A preparação das ruas por onde passariam os respetivos cortejos e procissões assumia particular destaque dentro da festa pública, de modo a acolher as diversas demonstrações de espetáculo e teatralidade que aí ocorriam. Apesar de não muito abordado, sabemos da participação da mulher nas variadas festas públicas medievais portuguesas, nas quais assumia maior ou menor protagonismo. Na procissão do “Corpus Christi” do Porto, entre as várias figuras que compunham a procissão estavam as mulheres que representavam as santas, Maria, Catarina e Clara, bem como as suas companheiras, que deviam ser todas bonitas raparigas, bem embelezadas, com luvas e botinas ou toucados, escolhidas pelo concelho⁶². De igual modo, a mulher integrava as principais festividades de pendor régio e senhorial, nomeadamente as *entradas* régias, casamentos e batizados, dançando e desfilando pelas ruas da cidade, decorando as janelas das suas casas, de onde assistiam à passagem do cortejo, como aconteceu com a primeira visita do rei D. João I à cidade do Porto, realizada em maio de 1385⁶³.

Desta forma, paralelamente à documentada importância que as mulheres aristocratas tiveram, nomeadamente ao nível das obras seculares e monásticas na sociedade medieval

⁶⁰ CONDE, Manuel Sílvio. *As gentes da construção na sociedade medieval portuguesa*. In MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) *História da Construção. Os Construtores*, Braga: CITCEM, 2011, pp. 75-98.

⁶¹ COELHO, Maria Helena da Cruz. ‘A festa – a convivialidade’. In MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, pp. 162-165.

⁶² GONÇALVES, Iria. ‘As festas do “Corpus Christi” do Porto na segunda metade do século XV: a participação do Concelho’. In *Um olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 153-176.

⁶³ MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo. “Public festivities in Portuguese medieval towns”. *Mirabilia* [Electronic Journal of Antiquity & Middle Ages]. Volume 18, n. 1, 2014, pp. 178-196. URL: http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/18-13_0.pdf [consulta: 20/12/2022].



portuguesa, também é possível testemunhar, e sobretudo estimar o valor da mulher comum na paisagem urbana medieval portuguesa. De facto, apesar das limitadas provas arquivísticas, o papel das mulheres e a forma como contribuía e participaram na vida urbana tem vindo a ser paulatinamente desvendada, permitindo deste modo avaliar a sua presença diária e fundamental na cidade, que se manifestava no domínio doméstico e privado, trabalhando no abastecimento e manutenção do lar, de modo a garantir o bem estar da família, mas que em muitas ocasiões resvalou para o espaço público, onde exercia várias atividades comerciais e artesanais remuneradas, registando-se a sua presença na grande maioria dos mesteres, trabalhando dentro e fora de casa. Sob a forma de regateiras ou vendedeiras, que, para além de pão se dedicavam também a venda de água, peixe e hortaliças, frutas e legumes, carnes e de uma gama muito diversificada de produtos, de forma ambulante, calcorreando os vários espaços da cidade, ou fixa, em tendas e lojas, nos açougues ou nas fangas. Como artesãs, trabalhavam nas oficinas estando presentes na grande maioria dos sectores e profissões, tanto dentro como fora de casa, trabalhando como serviçais, inclusivamente nos estaleiros da construção, ou onde os vários setores da economia lhe proporcionaram ter o seu próprio nicho.

Deste modo, apesar da intervenção no exercício de tarefas administrativas e na justiça lhe poder estar vedado, as mulheres que residiam na cidade medieval portuguesa puderam usufruir do espaço público, como local de encontro e de trabalho, mas também de diversão, participando nas várias dimensões da vida urbana, desde as mais mundanas até às mais religiosas, interagindo com os demais habitantes.

Apesar de silenciadas pelas fontes e pouco exploradas pelos investigadores, tem sido possível desvendar a presença e o contributo das mulheres, em muitos casos excecionais, para a existência de uma sociedade mais estável e equilibrada, conjuntamente com os demais personagens que integravam a paisagem urbana medieval.

Referências bibliográficas

- Actas do Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais* (20 a 22 de março de 1985). Coimbra: Instituto de História Económica e Social (FLUC), 1986, 2 vols.
- AMARAL, Luís Carlos e BARROCA, Mário Jorge. *Teresa. A Condessa-Rainha*. Lisboa: Temas e Debates, 2020.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 15-19.
- BARDSLEY, Sandy. *Women's Roles in the Middle Ages*. Londres: Greenwood Press, 2007.
- BARROCA, Mário Jorge. "Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)". *Portugalia*, nova série, vol. XXV, pp. 181-203.



- BARROCA, Mário Jorge. “O Castelo de Guimarães”. *Patrimonia*, n. 1, Lisboa, 1996, pp. 17-28.
- BEIRANTE, Maria Ângela. “As mancebias das cidades medievais portuguesas”. In *O ar da Cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Colibri, 2008, pp. 7-24.
- BEIRANTE, Maria Ângela. “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora”. In *O ar da Cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Colibri, 2008, pp. 177-192.
- BENNETT, Judith and KARRAS, Ruth (ed.). *The Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CAMPOS, Maria Amélia. “A mulher da paróquia de Santa Justa de Coimbra na Baixa Idade Média”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; ANDRADE, Amélia Aguiar (editores) *Ser mujer en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2013, p. 215-232.
- CARDOZO, Mário. “O Testamento de Mumadona, fundadora do Mosteiro e Castelo de Guimarães na segunda metade do século X”. *Revista de Guimarães* (77 (3-4), Jul-Dez), n.1-2, 1967, pp. 279-298.
- CARPENTER, Jennifer and MACLEAN, Sally-Beth. *Power of the weak: studies on medieval women*. Urbana: University of Illinois Press, 1995.
- COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina. “O papel das mulheres da nobreza nas estratégias de aliança e na transmissão do património, entre os séculos XI e XIII”. In *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social (FLUC), 1986, p. 51-90.
- COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina. *A mulher como um bem e os bens das mulheres*. Coimbra, 1986.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. ‘A festa – a convivialidade’. In MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, pp. 162-65.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. “A Mulher e o Trabalho nas cidades medievais portuguesas”. In *Homens, espaços e poderes: séculos XI – XVI*, v. I. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 37-59.
- CONDE, Manuel Sílvio. “A casa urbana do centro e sul de Portugal nos finais da Idade Média”. *Arqueologia Medieval*, n. 5, 1977, pp. 243-265;
- CONDE, Manuel Sílvio. “A casa”. In MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 54-77.
- CONDE, Manuel Sílvio. “As gentes da construção na sociedade medieval portuguesa. In MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) *História da Construção. Os Construtores*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 75-98.
- CONDE, Manuel Sílvio. *As gentes da construção na sociedade medieval portuguesa*. In MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) *História da Construção. Os Construtores*, Braga: CITCEM, 2011, pp. 75-98.



- CONDE, Manuel Silvio. *Construir, habitar: a casa medieval*. Braga: CITCEM, 2011.
- COSTA, Avelino de Jesus da. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2ª edição refundida e ampliada, volume I. Braga: Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão. *Guimarães: 'duas vilas, um só povo': estudo de história urbana: 1250-1389*. Braga: CITCEM, 2010.
- FERREIRA, Sérgio Carlos. "Salários e níveis de vida dos construtores em Portugal na Baixa Idade Média". In MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) *História da Construção. Os Construtores*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 205-228.
- GILCHRIST, Roberta. *Gender and Archaeology: Contesting the Past*. London: Routledge, 1999.
- GONÇALVES, Iria. 'As festas do "Corpus Christi" do Porto na segunda metade do século XV: a participação do Concelho'. In *Um olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 153-176.
- GONÇALVES, Iria. "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia". In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 39-41.
- GONÇALVES, Iria. "Regateiras, Padeiras e outras mais na Lisboa Medieval". In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; PONTES, João Luís (coord.) *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 1- 29.
- LINO, Ana Filipa Dias. *A família e os mesteres nas cidades medievais portuguesas: formas de participação e de atuação*. Braga: Universidade do Minho, 2021 (dissertação de mestrado).
- MARQUES, A. H. de Oliveira. "Las ciudades portuguesas en los siglos XIV y XV". *Estudios de Historia e Arqueología Medievales*, v. 7/8, 1987-1980, pp. 77-102
- MATTOSO, José. "A mulher e a família". In *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social (FLUC), 1986, p. 35-49.
- MATTOSO, José. "A nobreza portugalense dos séculos IX a XI". In *Do Tempo e da História*, III, 1970, pp: 35-50.
- MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo. "Public festivities in Portuguese medieval towns". *Mirabilia* [Electronic Journal of Antiquity & Middle Ages]. Volume 18, n. 1, 2014, pp. 178-196. URL: http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/18-13_o.pdf [consulta: 20/12/2022].
- MELO, Arnaldo Sousa. "Mulher, trabalho e família: a dimensão económica do agregado familiar. Porto, 1340-1450". In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) *Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Faculdade de Letras/Livraria Civilização, 2003, v. 1, pp. 273-288.
- MELO, Arnaldo Sousa. *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 - c. 1415*, 2 volumes. Braga: Universidade do Minho, 2009 (tese de doutoramento).



- OLIVEIRA, Ana Rodrigues e OLIVEIRA António Resende. “A mulher”. In MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 317.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues. “A imagem da mulher nas crónicas medievais”. *Revista Faces de Eva: estudos sobre a mulher*, n. 5, 2001, pp. 133-147.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *As Representações da Mulher na Cronística Medieval Portuguesa (sécs. XII a XIV)*. Cascais: Patrimonia, 2000.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *Rainhas medievais de Portugal: dezassete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- OPITZ, Claudia. “O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)”. In DUBY, Georges e PERROT, Michelle (dir.). *História das Mulheres. A Idade Média* (dir. KLAPISCH-ZUBER, Christiane, vol. 2, Porto, 1993, p. 353-435.
- PEREIRA, Gabriel. “Posturas antigas da Câmara de Évora”. In *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998 (Reimpressão da edição de 1885), p. 129.
- PEREIRA, Mariana. *A mulher e o trabalho nas cidades e vilas portuguesas medievais (séculos XIV e XV)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2020 (dissertação de mestrado).
- RÁBADE OBRADÓ, M.^a del Pilar. “La mujer trabajadora en los ordenamientos de Cortes, 1258-1505”. In SEGURA GRAÍÑO, Cristina y MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela (coord.) *El trabajo de las mujeres en la Edad Media hispana. V Jornadas de Investigación Interdisciplinaria sobre la Mujer*, 1988, pp. 113-140.
- RAU, Virgínia. *Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- RIBEIRO, Maria do Carmo e MARTINS, Manuela. “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da Cidade de Braga (1737)”. In MARTINS, Manuela; FREITAS, Isabel; VALDIVIESO, Isabel (coord.) *Caminhos da Água*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 179-222.
- RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa. “A influência das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa (coord.) *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 145-171. URL: <http://hdl.handle.net/1822/19500>. [consulta: 20/12/2022].
- RIBEIRO, Maria do Carmo. “Espaços e arquiteturas de abastecimento da cidade medieval”. In ANDRADE, Amélia A. e SILVA, Gonçalo M. (ed.) *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*. Lisboa: IEM/FLCSHUL, 2020, pp. 383-400. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/67740>. [consulta: 20/12/2022].
- RIBEIRO, Maria do Carmo. “População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV”. In *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade*, Volume IV - Cidade Medieval, Guimarães: Câmara Municipal, 2019, pp. 179-217. <http://hdl.handle.net/1822/64453>. [consulta: 20/12/2022].



- RIBEIRO, Maria do Carmo. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Braga: Universidade do Minho. 2008. 2 Volumes (614 + 271 p.), pp: 428-494 (Tese de Doutoramento). URL: <http://hdl.handle.net/1822/8113>. [consulta: 20/12/2022].
- RODRIGUES, Ana Maria. “Mulheres e fronteira na cronística medieval dionisina”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História*, n. 15, 1998, pp. 1581-1594.
- SEQUEIRA, Joana e MELO, Arnaldo. “A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval”. *Medievalista*, [Online], n. 11, 2012, DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.780>.
- SEQUEIRA, Joana e MELO, Arnaldo Sousa. “A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval”. *Medievalista* [Online], n. 11, 2012, URL: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\textil1105.html>. [consulta: 20/12/2022].
- SEQUEIRA, Joana. *O Pano da Terra: Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto Edições, 2014.
- SILVA, Manuela dos Santos e RODRIGUES, Ana Maria, “Women’s and gender history”. In MATTOSO, José (dir.). *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950 – 2010)*. Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 483-498.
- SILVA, Manuela Santos. “El señorío urbano de las reinas-consortes de Portugal (siglos XII-XV)”. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; ANDRADE, Amélia Aguiar (ed.). *Ser mujer en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2013, pp. 271-288.
- SILVA, Manuela Santos. “Felipa de Lencastre, la dama inglesa que fue odela de reginalidad en Portugal”. In *Anuario de estudios medievales*, 46/1, enero-junio, 2016, pp. 203-230.
- SILVA, Manuela Santos. “Protagonistas ainda que ausentes: As mulheres nas Cortes Medievais Portuguesas”. In *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do congresso internacional*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006, pp. 221-227.
- SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; ANDRADE, Amélia Aguiar (ed.) *Ser mujer en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2013.
- TRINDADE, Luísa. “A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma”. In LOZANO BARTOLOZZI, M^a del Mar; MÉNDEZ HERNÁN, Vicente, (coord. y ed.) *Patrimonio cultural vinculado con el agua. Paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2014, p. 367-380.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. *Abrantes Medieval (1300-1500)*. Abrantes: Câmara Municipal, 1988.

